

Senadores condenados politicamente já preparam retorno eleitoral

Marcelo de Moraes
De Brasília

A condenação política do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e dos ex-senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) está longe de significar sua exclusão do cenário eleitoral. Apesar das graves acusações sofridas, a brecha regimental do Senado que permite a renúncia ao mandato para preservar os direitos políticos fez com que os três já se reorganizassem politicamente, preparando sua volta aos cargos públicos em 2002.

Antes mesmo de renunciar ao mandato — o que deve ocorrer esta semana — Jader já prepara seu palanque regional no Pará. Tem fortalecido suas alianças locais, atraindo o apoio do ex-governador Hélio Gueiros, que se filiou ao PMDB no fim de semana. Junto com Gueiros, Jader atraiu para seu lado, no PMDB, a maior parte das lideranças significativas do PFL paraense. Além de fortalecer seu palanque, Jader ainda saboreia o gosto de esvaziar o PFL no Estado, justamente o partido que mais pressionou pela sua punição no Congresso.

Jader tem pesquisas particulares que apontam seu favoritismo

para conseguir uma das duas vagas disponíveis para o Senado em 2002, pelo Pará. Na pesquisa, Jader tem 33% e aparece em primeiro lugar. O senador teria ainda a opção de disputar o governo paraense, mas trabalha na formação de uma aliança política com seu ex-adversário, o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), para lançar um candidato de consenso. Nesse caso, Jader teria amplo apoio para garantir seu retorno ao Senado.

Na Bahia, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães trabalha no mesmo sentido. Tem pesquisas que mostram boas possibilidades para retornar ao governo baiano. Mas os mesmos levantamentos apontam um grande favoritismo para recuperar sua vaga no Senado. ACM também terá a seu favor o apoio político do governo do Estado, César Borges, seu aliado direto. Nas últimas semanas, Antonio Carlos já tem participado de eventos públicos, ao lado de Borges, para reforçar seu prestígio na Bahia.

Ao contrário de Jader e ACM, Arruda não tem a mesma força regional. Jader e ACM já governaram seus Estados e ao renunciar Arruda era um parlamentar cumprindo seu primeiro mandato. Antes de deixar o Senado,

era um dos favoritos para disputar o governo do Distrito Federal. Agora, trabalha mais modestamente, estudando a possibilidade de conquistar uma vaga como deputado federal. Para isso, deve se filiar ao PFL.

A possibilidade de volta à política de senadores expurgados abriu um debate no Congresso. Os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) planejam apresentar um projeto que garanta a inelegibilidade de parlamentares que renunciaram para escapar do processo de cassação. Na prática, a brecha regimental impede que qualquer senador seja cassado de agora em diante. “O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) só foi cassado porque não sabia desse recurso, já que foi o primeiro investigado. Do contrário, poderia concorrer de novo em 2002”, critica Dias.

De fato, os três senadores levam vantagem sobre Estevão, que ficará inelegível até 2008. Também terão melhor sorte do que o ex-presidente Fernando Collor, que sofreu o processo de impeachment em 1992 e terá no próximo ano a recuperação do direito de concorrer a um novo mandato eletivo — por coincidência, Collor deve se candidatar

ao Senado por Alagoas.

Mas se Jader, ACM e Arruda terão a possibilidade de se recandidatar, precisarão driblar a enorme pressão que sofrerão na próxima campanha. Jader está sendo punido pelo seu suposto favorecimento no desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará). Antonio Carlos e Arruda renunciaram por terem violado o sigilo do painel de votações do Senado na sessão de cassação de Luiz Estevão. Na campanha, todas essas acusações voltarão.

Além disso, Jader, ACM e Arruda acabaram favorecidos pelo calendário eleitoral, já que estão sendo punidos num período próximo de uma votação majoritária. Se a renúncia ocorresse no início do mandato, por exemplo, os três poderiam, no máximo, recorrer a uma eleição para cargos municipais, de prefeito ou vereador.

Outro problema é que sem mandato, os três políticos ficam vulneráveis à ações da Justiça. Como senador, Jader tem hoje, por exemplo, direito à imunidade parlamentar e foro privilegiado — todas as suas ações correm no Supremo Tribunal Federal. Fora do Congresso, corre o risco até de ser preso provisoriamente, como ocorreu duas vezes com Luiz Estevão.